

1 **Ata da 2ª Reunião Ordinária do Comitê do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (CBH-BPSI) no ano de**
2 **2023, realizada no dia 27 de junho de 2023 (terça-feira), às 14h, por videoconferência, com a**
3 **seguinte ordem do dia: 1 - Abertura; 2 - Aprovação das Atas da 1ª R. O. e 1ª R. E. do CBH-BPSI em**
4 **2023; 3 – Aprovação do pedido de vaga para o Sindicato Rural de Conceição de Macabu no CBH-**
5 **BPSI; 4 – Apresentação, para aprovação dos membros, de minuta de Resolução que altera o Plano**
6 **de Aplicação Plurianual (PAP) em virtude da Lei Estadual n.º 10.017/23); 5 – Aprovação da adesão**
7 **ao Protocolo OGA, apresentado na última reunião plenária; 6 - Assuntos Gerais; 7 - Encerramento.**
8 **Item 1 – Abertura:** A Reunião foi iniciada às 14h32, em segunda chamada, pelo Diretor Presidente,
9 Zenilson Coutinho (Asflucan). **Item 2 - Aprovação das Atas da 1ª R. O. e 1ª R. E. do CBH-BPSI em 2023:**
10 Roger Coutinho (Isobras) se absteve de aprovar a ata da 1ª R. O. de 2023 alegando que ainda não
11 estava, na ocasião daquela data, oficialmente indicado como representante da Isobras. Os demais
12 aprovaram a referida ata. A Ata da 1ª R. E. do CBH-BPSI em 2023 foi aprovada por unanimidade. **Item**
13 **3 – Aprovação do pedido de vaga para o Sindicato Rural de Conceição de Macabu no CBH-BPSI:** Thaís
14 Nacif (Agevap) explicou que essa pauta foi replicada na presente reunião pois, na última reunião não
15 havia quórum para aprovação. Reiterou que toda documentação exigida foi apresentada. José
16 Armando falou que a situação do Sindicato Rural de Conceição de Macabu (SRCM) deve ser avaliada
17 pois não viu para qual segmento a instituição solicitou vaga. Disse que não é a plenária que faz a
18 indicação do segmento. Falou que o SRCM poderia entrar no segmento de usuários ou sociedade civil.
19 Zenilson Coutinho falou que o SRCM se enquadra no segmento de usuários. José Armando (Município
20 de Italva) falou que discorda e mencionou que não há nenhum outorgado no município de Conceição
21 de Macabu, o que permite presumir que o SRCM não representa nenhum outorgado. Falou que não
22 está fazendo nenhuma acusação, mas prezando pelo cumprimento das normas. Zenilson disse
23 reafirmar que, no seu entendimento, a vaga a ser ocupada deve ser no segmento de Usuários. Amaro
24 Neto (Agevap) consultou os documentos enviados e falou que o SRCM não mencionou no ofício e e-
25 mail encaminhados para qual segmento pleiteava a vaga. Aparecida Vargas (Abragel) perguntou se a
26 ficha de inscrição não foi enviada. Amaro explicou que a ficha citada é parte integrante do edital do
27 processo eleitoral e que, como não há processo eleitoral em curso, não foi solicitada essa ficha.
28 Aparecida falou que concorda que a instituição deve apresentar o segmento no qual deseja ser
29 inserido. Falou que há respaldo legal no sentido de que os Sindicatos Rurais representam outorgados
30 e, em tese, poderiam compor o segmento de usuários. Opinou que a plenária poderia decidir o
31 segmento e comunicar o SRCM. Paulo Jorge (Fundenor) falou que o Sindicato Rural de Campos dos
32 Goytacazes já integra o segmento de usuários e, por isso, justificaria também a entrada do SRCM no
33 mesmo segmento. José Armando falou que o SRCM atende regimentalmente os requisitos para
34 integrar o segmento de sociedade civil, mas que, por não representar outorgados, não poderia entrar
35 no segmento de usuários. Thaís falou que o fato de possivelmente não haver outorga no município de
36 Conceição de Macabu deve ser esclarecido, considerando que pode haver alguma falha na
37 disponibilização da informação ou haver pedido de outorga em andamento. Reginaldo Ramos (Cedae)
38 falou que concorda com Aparecida Vargas e com José Armando no sentido de que o SRCM deverá
39 indicar qual segmento deseja integrar na plenária do Comitê. Falou que essa instituição deveria
40 também esclarecer a quem representa a situação de outorga de seus representados. Alberto Mofati
41 falou que lamenta estar numa discussão sem sentido, pois quando mais gente puder participar,
42 melhor. Aparecida Vargas falou que os sindicatos de representação geralmente fazem parte do
43 segmento de usuários e seria possível fator a desequilibrar. Zenilson colocou em votação e pediu que
44 os representantes contrários à entrada do SRCM se manifestassem. Se manifestaram contra: José
45 Armando, Reginaldo Ramos, Roger Coutinho. Alan Vargas (Inea) falou que é a favor de se cumprir o
46 regimento interno do Comitê. Votaram pela entrada no segmento de usuários: Emater, Inea,
47 Município de Aperibé, Município de Campos dos Goytacazes, Cedae, Copapa, Asflucan, Abragel, Uenf

48 e Fundenor. José Armando falou que concordaria com a entrada no segmento de usuários se o SRCM
49 apresentar a relação de seus representados outorgados. Roger falou que concorda com o voto do José
50 Armando e caso o SRCM não comprove, deveria entrar como sociedade civil. Por maioria o SRCM teve
51 seu pedido de vaga aprovado e passará a integrar a plenária do Comitê no segmento de Usuários.
52 **Item 4 – Apresentação, para aprovação dos membros, de minuta de Resolução que altera o Plano**
53 **de Aplicação Plurianual (PAP) em virtude da Lei Estadual n.º 10.017/23**: Thaís Nacif falou que essa
54 proposta de alteração do PAP foi discutida e aprovada pelo Diretório e pela Câmara Técnica Consultiva
55 do Comitê. Raissa Guedes (Agevap) iniciou a apresentação da proposta de revisão do PAP para o
56 período 2024-2026. Raissa fez uma contextualização do processo até a aprovação da Lei Estadual n.º
57 10.017/23, que trouxe novidades em consonância com antigos pleitos da maior parte dos comitês
58 fluminenses. Explicou que o percentual do montante arrecadado pela cobrança do setor de
59 saneamento que estava vinculado para aplicação em ações dessa natureza mudou de 70% para 20%,
60 o que possibilitou que os Comitês pudessem deliberar novas aplicações para os 50% desvinculados.
61 Falou que, para valer já no próximo ano, qualquer revisão do PAP deve ser aprovada em plenária e
62 enviada ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI) até o dia 30/06/2023. Mostrou os recursos
63 comprometidos, os estrategicamente reservados e as alterações propostas na Câmara Técnica
64 Consultiva (CTC), que foram o remanejamento de recurso da subagenda de comunicação para a
65 subagenda de educação ambiental, além da concentração dos recursos da agenda 4 no ano de 2024
66 para facilitar a aplicação em ações de maior impacto. Raissa falou que a minuta com a proposta de
67 revisão foi enviada com antecedência por e-mail e que, tendo encerrado sua apresentação, ficava à
68 disposição para esclarecimento de possíveis dúvidas. Zenilson Coutinho agradeceu a Raissa e colocou
69 a Resolução em votação para aprovação. Jhones Lima (Associação Raízes) votou contra a proposta por
70 entender que o mínimo exigido em lei, ou seja, a opção pelos 20%, deveria estar respaldada em
71 alguma análise mais detalhada que justificasse. Hermano Moacir (OAB) perguntou se estava
72 ocorrendo a votação ou se a questão já estava decidida. Zenilson explicou que estava em votação pela
73 plenária. Reginaldo falou que entende a opção aprovada em Diretório e CTC. Perguntou se a alteração
74 vai continuar permitindo avanços na área de esgotamento e o que foi feito nos últimos anos. Raisal
75 falou que foi entregue Projeto de SES de Aperibé, em fase de contratação de Laje do Muriaé e está
76 iniciando a contratação de Varre-Sai. Disse que essa é uma forma de o Comitê atuar diretamente,
77 sendo outra opção a contrapartida dentro do Protratar, que é um edital lançado anualmente pelo
78 Ceivap. Reginaldo falou que saneamento demanda volumes altos de recursos financeiros e que os
79 recursos do Comitê não permitem grandes transformações. Raissa falou que os recursos aplicados
80 permitem transformações, mas que de fato não são tão impactantes. Lembrou que boa parte são
81 recursos acumulados e citou o recurso destinado para Itaperuna, que permitirá a contratação de um
82 grande projeto. Disse que o montante da arrecadação anual pode fazer maior diferença em outras
83 ações e agendas. Falou que a proposta colocada é remanejar o recurso arrecadado a partir do próximo
84 ano de forma a aplicar 20% do arrecadado do setor de saneamento em ações de esgotamento
85 sanitário. José Armando falou que na reunião do Diretório propôs aprovar a proposta como foi
86 inicialmente apresentada e que se absteve de votar a favor das pequenas alterações nas agendas 4 e
87 6 informadas pela Raissa. Falou que sua manifestação foi só para esclarecer que não houve consenso
88 nessa aprovação no Diretório. Defendeu que o tema fosse melhor discutido antes de qualquer
89 alteração. João Gomes (Uenf) falou que considera bacana a fala do Reginaldo considerando seu
90 segmento de atuação e a importância de uma fala ponderada. João lembrou que esse pleito é antigo
91 entre os Comitês, que envolve discussões de mais de dez anos, e que a alteração do percentual legal
92 vinculado foi desejada pela maioria dos Comitês. João falou que essa alteração fará mais diferença
93 para os Comitês de baixa arrecadação, como é o caso do CBH-BPSI, pois permitirá aplicação de
94 maiores valores em ações estratégicas e onde o recurso poderá surtir mais efeitos considerando toda

95 a Região Hidrográfica IX (RH-IX). Deu como exemplo a ampliação da possibilidade de investimento em
96 ações de educação ambiental e recuperação de nascentes. Disse que a nova lei também inovou
97 trazendo a possibilidade de aplicação desses recursos vinculados em saneamento rural. João disse
98 que a CTC e Diretório do CBH-BPSI aprovaram a proposta de Resolução em deliberação na presente
99 reunião. José Armando disse que a proposta foi aprovada, mas que não houve consenso. Natalia
100 Silveira disse que estava representando a Associação Raízes na ocasião da referida reunião da CTC que
101 havia feito uma proposta para a CTC readequar a proposição, mas que não recebeu apoio e sua
102 sugestão não foi discutida. João falou que a primeira proposta apresentada na CTC e Diretório não foi
103 exatamente a que está em discussão no dia de hoje, pois duas alterações foram propostas e aprovadas
104 na última reunião conjunta entre Diretório e CTC. Raissa Guedes esclareceu que foram realizadas duas
105 reuniões conjuntas entre Diretório e CTC e que, em uma dessas reuniões conjuntas o José Armando
106 pediu vista e que na reunião seguinte a Natalia fez uma proposta. Falou que o diretório se reuniu antes
107 da segunda reunião conjunta com a CTC e que fez proposta de alteração, a qual foi analisada na
108 reunião conjunta e aprovada por maioria, apesar da ausência de unanimidade. Destacou que a
109 proposta encaminhada à plenária foi a aprovada em Diretoria e na CTC, onde ocorreram debates e
110 discussões, mas que a aprovação se deu por maioria. Aparecida Vargas falou que a decisão é sempre
111 da plenária e que o Diretório e Câmara Técnica apenas fazem propostas. Disse que considera
112 importante registrar qual foi o dissenso para que essas pessoas que não aprovaram se sintam
113 contempladas. João Gomes falou que na ata pode ficar registrada que nas reuniões anteriores houve
114 abstenção ou voto contrário, sem problema. Zenilson Coutinho colocou em votação a proposta de
115 Resolução encaminhada pelo Diretório e CTC. A proposta foi aprovada por maioria, com voto contrário
116 da Associação Raízes e abstenção do Município de Italva, tendo esta última registrado através do seu
117 representante, José Armando, pedido de que o tema fosse novamente discutido nas instâncias do
118 Comitê. **Item 5 – Aprovação da adesão ao Protocolo OGA, apresentado na última reunião plenária:**
119 Thaís Nacif falou que essa proposta de adesão foi apresentada na última plenária do Comitê. Disse
120 que o Protocolo Observatório de Governança das Águas (OGA) consiste numa análise de como o
121 Comitê vem exercendo suas atividades e possibilidade de autoavaliação. Destacou que a CTC também
122 encaminhou sua manifestação favorável à aprovação da adesão pela plenária. João Gomes manifestou
123 seu contentamento com a aprovação da Resolução de revisão do PAP e disse que o Comitê poderá
124 atuar com muito mais força, integrando melhor os atores e fortalecendo ainda mais o Comitê. João
125 falou com o José Armando que alterações no PAP são sempre possíveis e que discussões podem
126 retomar futuramente. João disse que precisava sair mais que já registrava seu voto favorável à adesão
127 ao Protocolo OGA. Davi Viana (Pesquisador do IFF) falou que o Protocolo de Monitoramento consiste
128 em aplicação de indicadores para avaliar o processo de governanças das águas na região. Disse que
129 não é uma avaliação do Comitê em si, mas da governança das águas. Ressaltou que a proposta
130 consiste também na criação de um Grupo de Trabalho (GT) do Comitê para aplicar a avaliação e
131 elaborar um plano de ação para melhoria dos indicadores com pior avaliação. Ronaldo Bartholomeu
132 (Sindicato Rural de Campos) perguntou se o protocolo está disponível para consulta, pois não estava
133 presente na última reunião plenária, onde o Protocolo foi apresentado detalhadamente. João Gomes
134 explicou que é uma espécie de questionário que avalia os atores do sistema de gestão de recursos
135 hídricos, que consiste mais ou menos na governança. Falou que o Ceivap e outros Comitês já aderiram
136 e que apoia a adesão do CBH-BPSI. Ronaldo falou que vai se abster de votar por ainda não conhecer
137 o protocolo. A adesão ao protocolo OGA foi aprovada pela maioria, com única abstenção do Sindicato
138 Rural de Campos. Thaís Nacif falou que a criação do GT pode ser pautada na próxima plenária, com
139 processo. João Gomes falou que a Betiza Teixeira pediu no chat para fornecer informações sobre o
140 problema de mortandade de peixes em Itaocara. Alan Vargas falou que a ideia era deliberar já na
141 presente reunião a criação do GT. Davi Viana falou que a ideia de criar um GT é para facilitar as

142 discussões, onde não precisaria envolver toda a plenária na aplicação do questionário, por exemplo.
143 Alan falou que a criação do GT na próxima plenária poderia ser tardia, considerando os prazos do
144 projeto. Thaís Nacif falou que a próxima reunião ordinária está marcada para o mês de setembro, mas
145 que poderia ocorrer uma reunião extraordinária antes. João perguntou se não poderia ser aprovada
146 uma resolução ad referendum pelo Diretório. Thaís Nacif falou que esse mecanismo poderia
147 prejudicar a inclusão dos membros interessados nas vagas do GT. Reginaldo falou que entende os
148 prazos do projeto, mas que entende que esse tipo de aprovação poderia abrir um precedente de
149 criação de GT por um mecanismo excepcional. Hermano Moacir falou que aprova a fala do Reginaldo.
150 João falou que esse tema já foi apresentado e está voltando à pauta, que já foi explicado e discutido.
151 Aparecida Vargas falou que é possível o Diretório aprovar ad referendum uma Resolução, com
152 justificativa da urgência, e encaminhar essa Resolução para referendum da plenária. Falou que o
153 mecanismo não é a plenária autorizar o ad referendum preventivamente. Disse que concorda com a
154 maioria dos encaminhamentos do OGA e que os membros do GT a ser criado não falarão em nome
155 do Comitê, devendo todas as discussões serem aprovadas pela plenária do Comitê antes do
156 encaminhamento ao OGA. **Item 6 - Assuntos Gerais:** Betiza falou que tem aparecido muitos peixes do
157 tipo Dourado mortos na região de Itaocara e que alguns foram encaminhados à UENF para análise e
158 em breve sairão os resultados dessas análises. Falou que a situação é bem delicada, que a população
159 está bem preocupada, que há surgimento de notícias falsas e que é necessário apoio para
160 esclarecimentos. Davi Viana falou que o Inea SUPBAP coletou amostras para análise e que ainda não
161 tem resultado. Disse que pediu vai comentar com o superintendente Leonardo para verificar se ele
162 possui novas informações e, caso tenha, pedirá para compartilhar com os membros do Comitê.
163 Reginaldo perguntou se há alguma suspeita. Betiza falou que surgiram comentários da possibilidade
164 de ter sido provocada por bactéria ou fungo, mas que nada está descartado. **Item 7 – Encerramento:**
165 Reunião encerrada às 16h51. A presente ATA foi lavrada pelo Especialista Administrativo Amaro Neto
166 e depois de aprovada será assinada pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Secretário do Comitê de
167 Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.

168

169

170

171



172 **Zenilson do Amaral Coutinho (ASFLUCAN)**

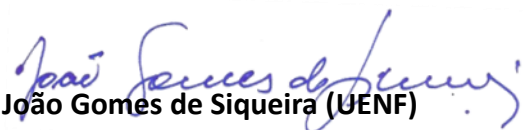
173 Diretor Presidente

174

175

176

177



178 **João Gomes de Siqueira (UENF)**
Diretor Secretário